



# SENADO FEDERAL

## RECURSO (SF) Nº 5, DE 2021

Apreciação, pelo Plenário do Senado Federal, do PLS 172/2014, deliberado terminativamente pela Comissão de Assuntos Sociais.

**AUTORIA:** Senadora Eliane Nogueira (PP/PI), Senadora Soraya Thronicke (PSL/MS), Senador Chico Rodrigues (DEM/RR), Senador Eduardo Girão (PODEMOS/CE), Senador Eduardo Gomes (MDB/TO), Senador Elmano Férrer (PP/PI), Senador Flávio Bolsonaro (PL/RJ), Senador Marcio Bittar (PSL/AC), Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS/RR), Senador Roberto Rocha (PSDB/MA), Senador Zequinha Marinho (PSC/PA)



[Página da matéria](#)



SENADO FEDERAL

## RECURSO Nº DE

Senhor Presidente,

Solicitamos, nos termos do art. 58, § 2º, I, da Constituição Federal e do art. 91, § 3º, do Regimento Interno do Senado Federal, que o PLS 172/2014, que “modifica a Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, para possibilitar ao trabalhador aposentado ou seu pensionista o direito à desaposentadoria”, deliberado terminativamente pela Comissão de Assuntos Sociais, seja apreciado pelo Plenário do Senado Federal.

## JUSTIFICAÇÃO

O projeto não tramitou pela Comissão de Assuntos Econômicos e em consulta ao processo legislativo do PLS nº 172, de 2014, não se encontra documento ou estudo relativo ao impacto orçamentário e financeiro que essa proposição poderá acarretar nos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União. Em outras palavras, falta a análise da compatibilidade da proposição com o Novo Regime Fiscal, o que não se harmoniza com a disposição do art. 113 do ADCT:

"Art. 113. A proposição legislativa que crie ou altere despesa obrigatória ou renúncia de receita deverá ser acompanhada da estimativa do seu impacto orçamentário e financeiro."



SF/21578.06924-76 (LexEdit)

SF/21578.06924-76 (LexEdit)

SF/21578.06924-76 (LexEdit)

䷊

䷊